

CARTA ABERTA AO EXMO. SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

coalizão
empresas
pelo clima



PRÁTICAS DE GESTÃO PARA REDUÇÃO DA EMISSÃO DE GASES DO EFEITO ESTUFA E REMOÇÃO DE CARBONO NA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ENGENHARIA FLORESTAL BRASILEIRA

coalizão
empresas
pelo clima



DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA: DESAFIOS PARA REDUZIR AS EMISSÕES BRASILEIRAS

coalizão
empresas
pelo clima



REDUÇÃO DE EMISSÕES
OPÇÕES E PERSPECTIVAS PARA OS SETORES DE ENERGIA, TRANSPORTE E INDÚSTRIA

coalizão
empresas
pelo clima



A AGENDA INTERNACIONAL SOBRE O CLIMA:
AS NEGOCIAÇÕES E A POSIÇÃO BRASILEIRA

Senhor Presidente,

Temos a honra de passar às mãos de Vossa Excelência sugestões para que a posição brasileira na próxima Conferência de Copenhague reflita a perspectiva e o interesse do desenvolvimento sustentável do Brasil, tais como percebidos por conjunto representativo do setor empresarial, coordenado pela Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável – FBDS e assessorado pelo mais avançado conhecimento científico disponível em nosso país e no mundo.

As propostas nesse sentido foram elaboradas mediante rigoroso processo de análise e discussão de estudos, realizados por alguns dos melhores cientistas brasileiros nos setores de energia, agricultura e pecuária, Amazônia e uso da terra, assim como das negociações globais sobre mudança climática.

As empresas participantes possuem legítimo interesse na definição de políticas climáticas nacionais e globais que afetarão diretamente suas atividades produtivas. Por outro lado, sua capacidade de inovação tecnológica as credencia como atores fundamentais na elaboração de políticas capazes de contribuir de modo sustentável a um projeto nacional de crescimento econômico e social justo e equilibrado.

Partimos de uma verdade indiscutível: o aquecimento global é a ameaça maior à vida em todo o planeta, não mera questão diplomática Norte-Sul. O Brasil tropical, de clima predominantemente quente, será fortemente afetado. São graves os riscos de desaparecimento da floresta amazônica, com sérias implicações para o regime de chuvas que sustenta a competitividade agrícola no Oeste, Sudeste e Sul. O futuro balanço hídrico no Nordeste trará consequências imprevisíveis para a sobrevivência de populações de milhões de pessoas nas áreas do Semi-Árido.

Trata-se, portanto, de tema da mais alta prioridade para o interesse nacional brasileiro. Por colocar em risco o futuro do País, não deve ser enfrentado com meias medidas. O interesse do Brasil não é ganhar tempo, nem barganhar para evitar assumir a parcela de responsabilidade que lhe cabe.

Movidos por tais convicções, relacionamos, a seguir, recomendações relativas à posição brasileira na Conferência de Copenhague (COP-15); propostas para acelerar a transição para uma economia de baixo carbono; e, finalmente, compromissos do setor empresarial.

1. Recomendações para a Posição Brasileira na COP-15

Limite de Emissões

- Assumir posição de liderança nas negociações para a fixação de metas claras de redução das emissões de gases de efeito estufa. Estas metas para os países em desenvolvimento poderão consistir na definição de um pico de emissões antes de 2020, com reduções a partir daí. No que diz respeito ao Brasil, o aumento previsto das emissões nos setores de transporte, indústria e energia poderá ser compensado com a progressiva redução do desmatamento. Adicionalmente, a adoção das melhores práticas agropecuárias e o aumento da eficiência energética na produção e uso da energia poderão contribuir ainda mais para a redução das emissões brasileiras.

- Rejeitar quaisquer tipos de abordagens setoriais para o estabelecimento de metas de redução de emissões.

Desflorestamento Evitado e Sequestro de Carbono

- Apoiar o REDD – Redução de Emissões de Desflorestamento e Degradação Florestal como mecanismo global de mercado, com dois condicionantes, (1) limites -na proporção de offset para os países desenvolvidos e (2) limites de absorção individual de créditos para os grandes países florestais, como Brasil. O apoio ao pagamento por serviços ambientais através do REDD é uma forma de financiar a transição para um economia sustentável na região amazônica e em outros biomas.

- Negociar a inclusão de projetos de plantio direto (no-till) e de cultivo mínimo, para a absorção de carbono no solo, como elegíveis à obtenção de créditos de MDL. A prática do plantio direto permite significativa acumulação de carbono, além de contribuir para expressiva redução das emissões oriundas no consumo de combustíveis (60 a 70%), em relação ao sistema convencional de preparação do solo.

MDL

- Defender a continuação da elegibilidade brasileira ao MDL ou ao mecanismo que eventualmente venha a substituí-lo, para projetos existentes e futuros.

- Flexibilizar as exigências de adicionalidade em projetos de MDL, particularmente com relação ao cumprimento de legislação.

- Protagonizar modificações nas regras do MDL para projetos florestais, tornando seus respectivos créditos (CERs) iguais aos créditos atribuídos aos projetos de reduções de emissões, removendo particularmente o conceito de “não permanência”. A alteração dessas regras, representará a viabilidade de importantes projetos de restauração de florestas no mundo inteiro, especialmente a restauração de áreas protegidas de florestas nativas. Além disso, é necessário negociar a remoção de barreiras internas adotadas pela União Européia à comercialização de créditos desse tipo de projetos.

2. Políticas para Acelerar a Transição para uma Economia de Baixo Carbono

Emissões Nacionais e Mercado de Compensação

- Cumprir as metas de redução de desmatamento previstas no Plano Nacional sobre Mudança do Clima, reportando e verificando anualmente os resultados obtidos e dotando os órgãos implementadores e fiscalizadores de todos os meios necessários ao cumprimento de suas missões.
- Estimular a criação de um mercado interno de compensação de emissões, similar ao que já existe na União Européia e em alguns estados norte-americanos.

Eficiência e Renováveis

- Estabelecer políticas fiscais, regulatórias e de financiamento, para o desenvolvimento voluntário de projetos de eficiência energética e energias renováveis, sejam eles desenvolvidos por consumidores finais, ou por empresas concessionárias de serviços públicos de energia elétrica. As medidas fiscais poderiam consistir em alíquotas reduzidas de impostos sobre produtos industrializados (IPI) e impostos sobre a circulação de mercadorias e serviços (ICMS), para a aquisição de equipamentos eficientes e para a contratação de serviços para sua instalação. Os incentivos regulatórios poderiam consistir na inclusão, na base de remuneração das empresas distribuidoras de energia elétrica, dos investimentos voluntários realizados em projetos de eficiência energética, sejam esses no lado da demanda ou no lado da oferta de energia elétrica. Tal inclusão depende de regulamento específico da ANEEL. Os incentivos de financiamento poderiam consistir em linhas de financiamento do BNDES com taxas de juros inferiores às taxas aplicadas em financiamentos de investimentos em infra-estrutura.
- Desenvolver regulação que apóie a pesquisa e desenvolvimento de tecnologias que aumentem a eficiência e reduzam as emissões, tal como a tecnologia de Captura e Armazenagem de CO₂, principalmente considerando o programa nacional de desenvolvimento das reservas de óleo e gás.
- Apoiar o desenvolvimento e consolidação do setor de biocombustíveis e sua sustentabilidade econômica, social e ambiental. Promover internacionalmente o uso do etanol de cana de açúcar, como forma eficaz de redução das emissões de gases de efeito estufa. A velocidade na comercialização de novas tecnologias no País e sua futura competitividade, tais como etanol de 2ª geração, também depende de políticas públicas claras e em linha com as ações da iniciativa privada.

Governança do clima

- Apoiar o fortalecimento da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica e promover a criação de um Painel sobre Clima da Bacia Amazônica para os países da OTCA nos moldes do IPCC ou do Arctic Climate Impact Assessment, com a finalidade de fazer um amplo levantamento da Amazônia em termos de risco climático e ambiental, uma vez que a integridade da Amazônia brasileira depende da preservação da floresta em outros países da região.
- Promover a inclusão da temática de Mudanças Climáticas Globais como uma dimensão política fundamental do MERCOSUL.

3. Compromissos do Setor Produtivo

- Inventariar e manter permanente atualização das emissões de suas respectivas empresas assumindo o compromisso de mitigá-las e/ou promover as suas compensações de acordo com regras adotadas pelo Governo brasileiro.
- Adotar as melhores práticas de produção, especialmente com relação ao uso eficiente de energia; e redução, reuso e reciclagem de materiais, matérias-primas e insumos.
- Monitorar a cadeia de produção (fornecedores/representantes), estimulando a adoção das melhores práticas e excluindo aqueles que não queiram se adequar.
- Comprometer-se com a utilização de madeira e produtos derivados certificados.
- Colaborar com o Governo Federal e com os governos estaduais e municipais nas ações destinadas à mitigação da emissão de gases de efeito estufa, sobretudo na redução do desmatamento, fomentando as melhores práticas de sustentabilidade em clientes e fornecedores e eliminando de sua cadeia de produção qualquer fornecedor que esteja ligado, direta ou indiretamente, com práticas ilegais de desmatamento.
- Intensificar a execução de projetos de P&D com destinação ambiental, preferencialmente em parceria com universidades e instituições de pesquisa brasileiras.

4. Ações Operacionais para Acelerar a Transição para uma Economia de Baixo Carbono

- Apoiar a melhoria da eficiência energética e a co-geração nos processos industriais, facilitando-se a aquisição de novos equipamentos de tecnologias mais avançadas, visando a melhoria na combustão em caldeiras e fornos em geral, a recuperação de calor residual em processos variados, melhoria da isolamento térmica de tubulações e equipamentos e a incorporação de novas rotas e processos tecnológicos.
- Estimular a diminuição das emissões no setor de petróleo, através da redução do flaring de gás natural dos poços de petróleo (para produção de diesel com baixo teor de enxofre) e melhoria da eficiência energética das refinarias.
- Incentivar a expansão e a maior eficiência da co-geração de vapor e energia elétrica em usinas de cana-de-açúcar.
- Apoiar o uso crescente de biomassa renovável no setor siderúrgico, pois esta é uma das medidas com maiores possibilidades de redução das emissões no setor industrial. Propõe-se que a biomassa não-renovável, como lenha e carvão vegetal de desmatamento, venha a ser substituída progressiva e integralmente por biomassa de florestas energéticas. Medidas de incentivo para se atingir esse objetivo (linhas de financiamento adequadas, desonerações fiscais, créditos de carbono), bem como medidas coercitivas para empresas que não se enquadrem, deverão ser implementadas.
- Incentivar a maior eficiência do setor de transporte, através de um sistema de planejamento adequado que inclua, entre outros itens, a melhoria da infra-estrutura, a adoção de normas ou acordos voluntários com os fabricantes e a utilização das melhores tecnologias disponíveis. O aumento da eficiência dos veículos deve

Empresas que participam da Coalizão de Empresas pelo Clima:

ser exigido das montadoras como contrapartida de isenções fiscais (redução do IPI). Promover a integração do transporte rodoviário com o ferroviário, hidroviário e marítimo.

- Incentivar o confinamento parcial do gado, permitindo a redução drástica da área de 170 milhões de hectares de pastagens, hoje ocupada pela pecuária de baixa produtividade (1 cabeça/hectare) e disponibilizando-a para a agricultura e o reflorestamento. Esse confinamento permitiria a gestão racional dos resíduos e produção e uso energético do biogás (metano).

- Adotar medidas para o aperfeiçoamento da governança sobre a Amazônia, dentre as quais destacamos como prioritárias: (i) fomentar a renovação de fronteiras agrícolas antigas através de incentivos para atividades econômicas promissoras e ambientalmente mais amigáveis; (ii) realizar investimentos em uma rede de estradas locais ao redor de centros de comercialização; (iii) promover o zoneamento do uso da terra que restrinja atividades agrícolas em áreas inadequadas, segundo critérios puramente técnicos; (iv) apoiar programas eficazes de crédito de extensão rural para os produtores que estejam comprometidos com uma produção sustentável; (v) comprometer-se com a legislação sobre reserva legal.

- Estimular a implementação de acordos bilaterais arrojados com EUA, nas áreas de energia e clima, aproveitando o atual ambiente favorável e as possíveis complementariedades entre os dois países, notadamente com relação ao mercado de carbono.

- Estimular a criação de instrumentos econômico-financeiros e fiscais que incentivem/premiem (i) formas mais eficientes de produção (empresas com índices mínimos de eficiência energética ou máximos de emissão, por exemplo); (ii) amplo acesso a recursos de P&D, (iii) programas de certificação e outras formas comumente aceitas de comprovação de práticas sustentáveis de produção.

- Definir a natureza jurídica, regime de tributação e destinação dos recursos oriundos dos créditos de carbono.

- Apoiar a flexibilização do direito de propriedade intelectual na área de tecnologias de baixo carbono.

- Aumentar fortemente o investimento em ciência e tecnologia de baixo carbono e estabelecer consórcios de pesquisa bilaterais ou plurilaterais com outros países.

As recomendações acima constituem apenas um resumo dos estudos e debates realizados, cujo teor integral anexamos. Esperamos dar com isso nossa contribuição para que o Brasil assumira renovada posição de liderança no tratamento da ameaça do aquecimento global, adotando, ao mesmo tempo, um projeto nacional coerente e eficaz de desenvolvimento sustentável em benefício de sua população.

Respeitosamente,

Israel Klabin
Presidente do Conselho Curador da FBDS



Membros do Conselho Curador da FBDS: Israel Klabin – Presidente // Henri Philippe Reichstul // Jerson Kelman // Maria Silvia Bastos Marques // Rubens Ricúpero // Thomas Lovejoy

Equipe FBDS para o projeto: Israel Klabin – Presidente // Walfredo Schindler – Diretor Superintendente // Eneas Salati – Diretor Técnico // Agenor Mundim – Coordenador de Projetos // Luis Saporta – Pesquisador

Cientistas que elaboraram os documentos básicos: Roberto Schaeffer – COPPE UFRJ // Carlos Cerri – ESALQ USP // Eduardo Viola – UNB // Paulo Moutinho – IPAM // José Goldemberg – USP

Consultor Especial: Fábio Feldmann

Várias outras empresas e instituições, públicas e privadas, colaboraram na elaboração dos documentos, nos debates e na elaboração das propostas.

Realização:



www.fbds.org.br